MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-264 – Vitória – ES
27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO

11 de junho de 2018

No dia onze de junho de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência do Diretor de Ensino Técnico, o senhor Rubens Marques, com a presença dos seguintes membros: Mariana Biancucci Apolinário Barbosa, Susana Brunoro Costa de Oliveira, Dayane Graciele de Jesus Miranda Contarato, Sanadreia Torezani Perinni, Thiago Campos Magalhães, Elizabete Gerlânia Caron Sandrini, Rafael Cerqueira do Nascimento, Ivanete Tonole da Silva, Messenas Miranda Rocha, Eloana Costa de Morais, Whelligton Renan da Vitória Reis, Vinicius Silva da Cunha, Fabiano Costa Santiliano, Adriana da Costa Barbosa, Marcos Antonio de Jesus, João Ricardo da Silva Meireles, Jean Pierre de Oliveira Bone, Deborah Cunha Cassuce, Maria Angélica Alves da Silva Souza, Daniel José Ventorim Nunes, Sheila Faúla Muniz, Fernanda Zanetti Becalli, Flávio Palhano Fernandes, Michel Bruno Taffner, Carlos Roberto Coutinho, Alexsandra Gomes Biral Stauffer, Wagner Scopel Falcão, Edilson Luiz do Nascimento, Fabiano Ricardo Brunele Caliman, Márcio Almeida Có, Alfonso Indelicato, Marisa Cruz Coser, Pedro Sérgio da Silveira e Marianna Fontes Leal. Convidados: Leonardo Nunes Domingos, João Alberto Fioresi Altoé, Larissy Alves Cotonhoto, Anderson Fioresi de Souza e Victor Dias Pirovani. O Diretor de Ensino Técnico, Rubens Marques, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1 Informes; 2 Aprovação da ata da reunião realizada em 12 de março de 2018; 3 Apreciação da solicitação de suspensão de oferta do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano - processo 23544.000119/2018-78; 4 Apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Agroindústria concomitante ao Ensino Médio do Campus Venda Nova do Imigrante – processo 23186.000552/2018-20; 5 Apreciação da solicitação de redução de número de vagas ofertadas pela resolução CS nº 98/2016 - Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano – processo 23544.000986/2018-11; 6 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Multimeios Didáticos concomitante ao Ensino Médio do Cefor – processo 23147.001632/2018-69; 7 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do Campus de Alegre – processo 23149.000202/2018-18; 8 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura integrado ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano – processo 23544.000997/2018-93.** Rubens solicitou a retirada do item 7, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do Campus de Alegre, a pedido do campus. Rubens explicou que após análise, o Campus de Alegre havia percebido que o PPC ainda não estava adequado e decidiu retirá-lo da pauta. Daniel (Campus Cachoeiro) perguntou

se para os cursos técnicos concomitantes e subsequentes deveria ser cumprida a carga horária do curso ou se era obrigatório cumprir dias letivos. Daniel justificou que em função da greve dos caminhoneiros e da copa do mundo, se houvesse essa obrigatoriedade o campus precisaria fazer alteração no calendário. Leonardo (Proen) informou que a pró-reitora de ensino havia conversado com o diretor-geral do Campus Cachoeiro sobre o assunto e que o diretor do Campus Cachoeiro faria uma consulta oficial à Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Leonardo informou que a resposta oficial da Proen seria enviada a todos os campi. Para o **item 2**, foi submetida aos membros da Câmara a Ata da reunião anterior, realizada em 12 de março de 2018; a Ata foi aprovada por todos. Rubens abriu o **item 3**, apreciação da solicitação de suspensão de oferta do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano, e passou a palavra para Sanandreia Torezani Perinni, Diretora de Ensino do Campus Centro-Serrano, para apresentação da solicitação. Sanandreia fez um breve relato explicando que o curso havia iniciado em 2017 com oferta de 40 (quarenta) vagas. Todavia, desde a primeira oferta não houve preenchimento imediato das vagas sendo necessária a publicação de editais de vagas remanescentes. Em 2018/1 houve 12 (doze) candidatos inscritos, 07 (sete) fizeram a prova, 03 (três) foram aprovados, mas nenhuma matrícula foi realizada. Sanandreia explicou que para 2019/1, o campus iniciaria a oferta do curso superior de Bacharelado em Administração e que a suspensão da oferta do Curso Técnico em Administração seria para o ano de 2019 para que o campus conseguisse atender ao curso superior. Sanandreia explicou que o campus não conseguiria atender aos 02 (dois) cursos em 2019. Daniel (Campus Cachoeiro) perguntou quantas turmas haviam sido formadas e como havia sido feito o estudo de demanda do curso. Sanandreia informou que a primeira turma se formaria em 2018 e explicou que não havia sido feito um estudo de demanda na época da implantação do curso. O campus aproveitou os estudos realizados pela equipe anterior e como havia carga horária disponível dos professores, optou por abrir o curso técnico subsequente, mas já deixando claro na época que a intenção era a verticalização para o nível superior. Whelligton (Campus Linhares) destacou que o curso era muito novo e que a oferta de um curso de graduação se não fosse bem planejada poderia gerar um problema maior. Sanandreia explicou que a oferta do curso de graduação havia sido planejada e salientou que o campus possuía o estudo de demanda. Whelligton perguntou se o curso de graduação seria ofertado no turno noturno e Sanandreia informou que provavelmente seria no turno noturno. Márcio (Campus Vitória) perguntou até quando estava prevista a suspensão do curso. Sanandreia informou que a suspensão estava prevista para o ano de 2019 e explicou que o campus faria uma análise para decidir de ofertaria novamente ou se pediria a extinção. Whelligton (Campus Linhares) perguntou quais haviam sido as estratégias utilizadas para a divulgação do curso e para a redução da baixa procura. Whelligton perguntou como ficaria a carga horária dos professores e a Relação Aluno X Professor (RAP) com a suspensão em 2019 e também se o campus havia pensado em ofertar um curso na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) em Administração. Sanandreia mencionou que o campus ficava a cerca de 25 a 30 quilômetros das cidades de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins e explicou que o grande problema da oferta do curso técnico no turno noturno era a questão da falta de transporte. Sanandreia informou que existia uma lei municipal que garantia o fornecimento do transporte aos estudantes de cursos superiores. Sanandreia justificou que o público-alvo do curso superior seria o mesmo do curso técnico subsequente, ou seja, estudantes que já concluíram o ensino médio, e destacou que o campus não deixaria de suprir a demanda desse público. Márcio (Campus Vitória) mencionou que para a extinção de curso, segundo a

resolução 39/2012, era preciso ter alunos para se reunirem com os docentes e deliberarem pela extinção. Se a suspensão for por longo prazo, não haverá mais alunos. Sanandreia esclareceu que se não houvesse a suspensão não seria possível ofertar o curso de graduação. Sanandreia destacou que o campus havia realizado a pesquisa de demanda e que continuaria com o mesmo quantitativo de oferta, porém em níveis diferentes. Eloana (Campus Linhares) perguntou se na pesquisa de demanda o campus havia levado em consideração a possibilidade de ofertar um curso Proeja. Sanandreia explicou que a pesquisa não havia sido direcionada para um curso específico, mas para a demanda da região. Whelligton (Campus Linhares) questionou que se a pesquisa não havia sido direcionada para um curso específico, como o campus havia optado pela Administração e o que garantiria essa demanda. Vinícius (Campus São Mateus) perguntou se o curso de graduação já tinha sido aprovado na Câmara de Graduação e se o campus não iria apenas trocar um curso pelo outro. A palavra foi passada para Anderson Fioresi de Souza, membro da comissão instituída para a realização da pesquisa de demanda. Anderson fez um breve relato destacando como havia sido realizada a pesquisa. O primeiro movimento da Comissão da Pesquisa de Demanda foi a realização de reuniões com lideranças ligadas ao setor agrário e ambiental. Os principais objetivos foram a aproximação com a comunidade, a apresentação do plano de trabalho e a escuta das percepções de tais lideranças acerca dos municípios aos quais pertencem. Anderson informou que também haviam sido realizadas rodas de conversa com especialistas da área de recursos naturais com o objetivo de proporcionar à comissão um melhor entendimento sobre alguns cursos da área de recursos naturais nos seus mais diversos aspectos, tais como escopo, estrutura, campo de atuação do egresso, dentre outros. Foi realizado um estudo socioeconômico da região com a finalidade de caracterizar a região em seus aspectos social e econômico por meio de levantamento documental e bibliográfico de fontes diversas. Também houve a aplicação de questionário para a comunidade com vistas à manifestação popular acerca da escolha de novos cursos. O questionário foi aplicado em escolas dos municípios abrangidos pelo Campus Centro-Serrano e esteve disponível na internet por um período de 15 (quinze) dias para a participação popular. Por fim, os resultados das ações foram apresentados primeiramente à comunidade escolar para discussão interna e posteriormente em audiência pública para a comunidade externa. Anderson explicou que havia sido feito o alinhamento entre as conclusões da Comissão da Pesquisa de Demanda e os anseios do público em geral acerca do curso escolhido. Com isso, houve propostas de alguns cursos, principalmente na área agrária, e demanda relacionada à área de administração. O campus optou por atuar nos eixos de Administração e de Recursos Naturais. Será ofertado o curso técnico em agricultura e haverá a verticalização do curso de administração. Findos os esclarecimentos, a suspensão de oferta do Curso Técnico em Administração subsequente ao Ensino Médio foi aprovada. Rubens alterou a ordem da pauta e abriu o **item 5**, apreciação da solicitação de redução do número de vagas ofertadas pela resolução CS nº 98/2016 - Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano. Sanandreia permaneceu com a palavra e explicou que a redução do número de vagas do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio fazia parte da estratégia de reorganização das formas de oferta de cursos do campus. Sanandreia mencionou que era um pedido da comunidade que o campus tivesse um eixo para atender à demanda da área de recursos naturais que é forte na região. Sanandreia explicou que não haveria redução de entrada de estudantes no campus, mas uma reorganização. O Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio que atualmente oferta 120 (cento e vinte) vagas passará a ofertar 40 (quarenta) vagas. O Curso Técnico em Agricultura integrado ao

Ensino Médio ofertará 40 (quarenta) vagas e o curso de Bacharelado em Administração também ofertará 40 (quarenta) vagas. Assim, o campus deixará de ter uma única oferta de 120 (cento e vinte) vagas para o Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio e passará a ofertar as 120 (cento e vinte) vagas em 03 (três) cursos diferentes. João Alberto (Campus Aracruz) perguntou se o campus tinha docentes da área de agricultura para atender ao curso técnico em agricultura e Sanandreia informou que havia 03 (três) professores da área de agronomia. Marcos (Campus Piúma) perguntou se com a redução do número de vagas, os alunos que ficassem em dependência no ano seguinte conseguiriam ter a ofertas das dependências. Sanandreia explicou que o campus ficaria com um débito de 40 (quarenta) vagas, mas que voltaria a ofertar assim que houvesse carga horária docente suficiente. Sanandreia esclareceu que a dependência continuaria sendo realizada e destacou que o sistema de avaliação e o Regulamento da Organização Didática (ROD) previam a garantia da dependência. Vinicius (Campus São Mateus) perguntou se existiam professores, recursos e estrutura para ofertar o curso de agricultura. Edilson (Campus Serra) perguntou qual era o número de professores da área técnica e da área propedêutica. Sanandreia explicou que havia 08 (oito) professores da área técnica de administração, 12 (doze) professores da área propedêutica e 03 (três) professores da área técnica de agricultura. Vinicius perguntou se seria necessária a contratação de professores e Sanandreia informou que havia sido instituída uma comissão para realizar essa análise e que tinha sido feito um estudo. A partir desse estudo e dos cálculos realizados, o campus conseguiu as 03 (três) vagas de professores na distribuição das novas vagas. Whelligton (Campus Linhares) perguntou se esse quantitativo daria conta do ensino regular, das especializações e das extensões necessárias. Sanandreia respondeu que sim e explicou que a comissão havia feito o estudo. Findos os esclarecimentos, a solicitação de redução do número de vagas do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio foi aprovada. Rubens abriu o **item 4**, apreciação da solicitação de extinção do Curso Técnico em Agroindústria concomitante ao Ensino Médio do Campus Venda Nova do Imigrante, e passou a palavra para Fabiano Caliman, Diretor de Ensino do Campus Venda Nova. Fabiano explicou que o curso havia iniciado no primeiro semestre de 2010, mas que com o passar dos anos a demanda havia reduzido significativamente. No ano de 2015, mesmo com edital de vagas remanescentes, foram matriculados apenas 38 (trinta e oito) alunos e não justificava mais manter o curso em funcionamento, pois a evasão também era bastante elevada. Fabiano explicou que o campus havia investigado os motivos da evasão e descoberto que alguns alunos não se identificavam com o curso e que outros não davam conta de conciliar trabalho e estudo. Como reduziu muito o número de alunos, o campus optou por pedir a suspensão da oferta do curso naquele momento. Além disso, o campus já vinha estudando a possibilidade de verticalização e em 2015/1 iniciou a oferta do Curso Superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos, que é semelhante ao curso de agroindústria. Fabiano destacou que naquele momento havia sido importante deslocar a força de trabalho dos professores do curso técnico para o curso superior. Fabiano mencionou a importância em destacar que os campi do interior tinham uma realidade diferente, pois ao abrir um curso técnico, inicialmente a demanda era grande, mas com o passar do tempo essa demanda desaparecia. O campus optou pela verticalização do ensino e aproveitou a mão de obra para ofertar um curso superior, tendo em vista que o curso técnico possui uma abrangência mais restrita. Márcio (Campus Vitória) mencionou que a resolução 39/2012 exigia a ata de reunião com a participação de estudantes para a extinção de cursos, mas como a suspensão havia sido prolongada, possivelmente a reunião não tinha sido feita. Márcio destacou que as suspensões

precisavam ter prazo definido ou a resolução deveria ser revisada. Fabiano explicou que o curso havia sido suspenso e que não havia mais alunos para fazer a reunião e gerar a ata. Os presentes discutiram a necessidade de revisão da resolução 39/2012. Whelligton (Campus Linhares) sugeriu que fosse feita uma justificativa. Rubens sugeriu aprovar como caso omisso e depois o campus faria uma justificativa. Todos concordaram e a extinção do Curso Técnico em Agroindústria concomitante ao Ensino Médio foi aprovada condicionada à elaboração de uma justificativa a ser encaminhada à Pró-Reitoria de Ensino para ser analisada e anexada ao processo. Para o **item 8**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura integrado ao Ensino Médio do Campus Centro-Serrano, Sanandreia fez um breve relato explicando que o curso havia surgido com base no estudo de demanda e que a comunidade havia ficado muito satisfeita com a oferta do curso, pois atenderia à demanda da região. O campus possui o eixo de gestão com o curso de administração e agora passa a ter o eixo de recursos naturais com o curso de agricultura. Sanandreia informou que havia 03 (três) professores da área técnica, sendo 01 (um) já contratado e os outros 02 (dois) para serem chamados em breve. Em seguida, a palavra foi passada para Leonardo Nunes Domingos para apresentação do parecer pedagógico. Leonardo explicou que o parecer aprovava o curso com restrições em função de alguns detalhes. Leonardo mencionou que o devido alinhamento entre a justificativa, com amplo estudo de demanda local; matriz curricular, pela escolha assertiva dos componentes e suas ementas, e perfil do egresso pretendido possibilitava afirmar que o PPC apresentava a estrutura pedagógica necessária para sua execução e cumpria os requisitos necessários para planejamentos/organização de cursos técnicos de nível médio previstos em diretriz. Em seguida, Leonardo fez a apresentação detalhada do parecer destacando as recomendações apresentadas. Finda a apresentação, Sanandreia informou que as alterações já haviam sido realizadas e que o PPC ajustado já estava disponível na sala da Câmara no ambiente moodle. Sanandreia apresentou o relatório da comissão e destacou os ajustes realizados com base no parecer pedagógico. Márcio (Campus Vitória) parabenizou o campus pelo projeto e perguntou se na pesquisa de demanda havia sido discutida a possibilidade de oferta na modalidade EJA. Sanandreia explicou que o grande ponto do estudo de demanda havia sido a abertura para conversa com o intuito de entender a comunidade, sem levar nome nem nível de curso, mas apenas ouvir os seus anseios. Surgiram diversas demandas e o trabalho da comissão foi filtrar o que seria mais adequado em cada nível entre as possibilidades apresentadas para depois levar para audiência pública. Não houve demanda para curso na modalidade EJA. A comunidade apresentou a necessidade de cursos de formação rápida e agora compete ao campus analisar essa pesquisa e dar uma devolutiva à comunidade. Na área de formação docente, as licenciaturas apareceram de forma bem fragmentada e a equipe está fazendo estudos a partir da pesquisa para pensar em outras estratégias de atuação. Fabiano (Campus Venda Nova) parabenizou a equipe e mencionou que na matriz havia a disciplina de “Manejo Fitossanitário de Pragas”, mas que a ementa contemplava também doenças e plantas daninhas e não apenas pragas, de modo que o título da matriz não condizia com o conteúdo da ementa. Fabiano mencionou que havia 03 (três) professores da área técnica para 15 (quinze) disciplinas do núcleo profissional, o que daria um número relativamente alto de disciplinas por docente. Fabiano destacou também que o curso técnico em agricultura era um curso pesado e que o núcleo profissional possuía diferentes áreas que exigiriam grande estrutura do campus com demanda de equipamentos, de área de campo e consequentemente muita mão de obra. Fabiano perguntou se o campus estava preparado e se já havia analisado essas questões. Sanandreia explicou que antes de escrever o PPC havia sido realizada

uma conversa do diretor-geral do campus com a reitoria com vistas a verificar a possibilidade de ofertar o curso. Sanandreia explicou que para o primeiro ano seriam ministradas disciplinas da área técnica que não demandariam muito investimento em estrutura e informou que o campus já estava organizando a compra de alguns equipamentos. Sanandreia esclareceu que havia sido realizado o planejamento financeiro e que o referido planejamento constava no PPC. Quanto às disciplinas, Sanandreia explicou que os professores da área técnica de administração e os professores do núcleo comum também ministrariam algumas disciplinas do núcleo profissional. Em seguida, a palavra foi passada para o prof. Victor Dias Pirovani para esclarecimento sobre a disciplina de "Manejo Fitossanitário de Pragas". Victor fez um breve relato explicando que o conceito mais recente utilizado atualmente era mais amplo e envolvia plantas daninhas e insetos. Victor justificou que o campus havia optado por colocar um conteúdo mais atualizado na ementa. Sanandreia citou alguns pontos do parecer técnico e apresentou o relatório da comissão com a descrição dos itens acatados e a indicação das sugestões não realizadas pela comissão com as devidas justificativas. Quanto às sugestões não acatadas, Sanandreia explicou que no entendimento da comissão, o objetivo geral era a formação ampla do estudante. Assim, por se tratar de um curso integrado e de acordo com os pressupostos legais, a educação profissional integrada à educação básica visa à formação omnilateral do estudante. Portanto, a comissão manteve o objetivo geral e os objetivos específicos. Sanandreia esclareceu que a adequação da base de cálculo de carga horária entre os núcleos comum e profissional originou um excedente de 33 horas ao longo dos 03 (três) anos do curso. A comissão, em análise com a diretoria de ensino e com a diretoria-geral, entendeu que isso não seria um agravante, uma vez que a legislação trata de carga horária mínima. Finda a apresentação e os devidos esclarecimentos, o PPC foi aprovado. Para o **item 6**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Multimeios Didáticos concomitante ao Ensino Médio do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), a palavra foi passada para Isaura Alcina Martins Nobre para apresentação do PPC. Isaura fez um breve relato explicando que o curso já havia sido ofertado com fomento pelo programa Profuncionário. Seria o mesmo curso, porém com formato diferente e sem fomento. As disciplinas serão ministradas pelos professores do Cefor, que passará a ter um curso regular. Isaura explicou que o curso atenderia à demanda de profissionais da educação e que o objetivo era preparar para atuar na educação, instrumentalizar em relação ao uso de tecnologias considerando os multimeios e também tratar a questão da inclusão. Isaura informou que seria ofertada uma turma por semestre. A princípio o curso seria concomitante, porém com base nos pareceres optou-se por ofertá-lo na forma subsequente. Isaura informou que haviam sido realizadas as adequações na matriz e a alteração nos nomes de algumas disciplinas para dar um foco mais instrumental, conforme sugestão dos relatores. Isaura informou que também havia sido ajustada a carga horária presencial mínima para cada disciplina, conforme previsto em lei. Além disso, foram realizadas as adequações em relação ao perfil do egresso em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Em seguida, a palavra foi passada para Leonardo Nunes Domingos para a presentação do parecer pedagógico. Leonardo informou que o PPC havia sido aprovado com restrições em função da necessidade de alguns ajustes importantes e fez a apresentação detalhada do parecer destacando alguns pontos relevantes. Na justificativa foi sugerido inserir os estudos de demanda para justificar a oferta do curso. Também houve a solicitação para que na matriz curricular fosse adicionada a carga horária de atividades presenciais para facilitar a visualização da carga horária presencial e da carga horária a distância, bem como do cumprimento de pelo menos 20%

(vinte por cento) da carga horária presencial previsto em legislação. Leonardo mencionou que havia muitos componentes curriculares gerais e pouca carga horária para componentes técnicos específicos, o que fragilizava a formação do egresso com o perfil pretendido. Finda a apresentação do parecer, Isaura salientou que o PPC já tinha sido ajustado em conformidade com as sugestões dos relatores e ressaltou que havia sido feita a adequação em algumas ementas para deixar mais claro o perfil de profissional da educação. As mudanças foram pontuais no decorrer de toda a matriz. Em seguida, Isaura apresentou a matriz destacando os ajustes realizados. Edilson Luiz do Nascimento, relator técnico, mencionou que ao comparar as 02 (duas) versões do PPC podia ser observado que as considerações haviam sido realizadas. Findas as apresentações e os devidos esclarecimentos, o PPC foi aprovado. Nada mais havendo a discutir, Rubens Marques deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, onze de junho de dois mil e dezoito.